



## PODER

Siqueira Filho é indicação de Alcolumbre e pode ser confirmado hoje por Lula para as Comunicações, após a recusa do deputado Pedro Lucas Fernandes. Nome técnico, o futuro titular da pasta substituirá Juscelino Filho, investigado por corrupção

# Presidente da Telebras deve assumir ministério

» VICTOR CORREIA  
» WAL LIMA

O presidente da Telebras, Frederico de Siqueira Filho, é o nome mais cotado para assumir o Ministério das Comunicações, que está sem titular desde a demissão de Juscelino Filho, suspeito de envolvimento em esquema de desvio de emendas parlamentares. A indicação dele foi apresentada, ontem, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Até o fechamento desta edição, o Planalto não tinha se manifestado sobre a escolha. A expectativa é de que a sugestão seja aceita e confirmada, hoje, principalmente porque Lula viaja a Roma à noite, para participar do funeral do papa Francisco.

Alcolumbre se reuniu com Lula no Planalto pouco antes da cerimônia para envio da PEC da Segurança ao Congresso (leia reportagem ao lado). Na conversa, apresentou o nome de Siqueira Filho. Ele é considerado um quadro técnico, não político. Além disso, é apontado como escolha pessoal de Alcolumbre, e não do União Brasil, cujo racha interno impossibilitou a formação de um consenso.

A nova indicação ocorreu após mal-estar causado pela recusa do primeiro indicado da legenda, o deputado federal Pedro Lucas Fernandes (União-MA), oficializada na terça.

Fernandes lidera a bancada da legenda na Câmara e avaliou que sua saída prejudicaria o entrosamento dos deputados do União Brasil, que vive disputa entre a ala defensora da participação no governo e a que quer se distanciar do Executivo.

A recusa dele, porém, provocou constrangimento ao governo, que já havia confirmado Pedro Lucas como o próximo ministro, após uma reunião com Lula no Palácio da Alvorada. O

Planalto até considerou retirar o ministério das mãos do União Brasil, mas decidiu não haver clima para contrariar uma sigla que detém uma das maiores bancadas do Congresso. A medida também causaria mal-estar com Alcolumbre, que conduz os trabalhos no Senado.

Frederico de Siqueira Filho é formado em engenharia civil e atua há mais de 26 anos no setor de Telecomunicações — segundo seu perfil publicado no site da Telebras —, 21 dos quais foram dedicados à empresa Oi. Ele não é filiado ao União Brasil, mas tem relação com parlamentares da legenda, como o próprio

### Alcolumbre

O perfil técnico do indicado também é bem-visto, por causa do prazo de desincompatibilização para ministros que queiram disputar as eleições em 2026. Um nome político com interesse eleitoral ficaria menos de um ano no cargo.

### PSD de olho

A demora do União Brasil em definir um nome para a pasta tinha aumentado a especulação sobre uma possível redistribuição ministerial. O PSD, que integra a base do governo, passou a ser cogitado como alternativa para as Comunicações.

Ontem, o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, esteve no Congresso e foi questionado pelo **Correio** sobre a possibilidade de o partido pleitear o ministério. Em tom diplomático, não descartou a hipótese.

“O presidente Lula não nos procurou, mas, se houver essa possibilidade, na hora certa, nossos líderes — Antônio Brito, na Câmara; Otto Alencar e Omar Aziz, no Senado — que cuidam dessa relação com o governo, irão se posicionar”, afirmou.

Kassab também destacou a relevância do partido dentro da base governista. “A gente sempre

Rafa Neddermeyer/ Agência Brasil



Frederico de Siqueira Filho (E) e Juscelino Filho, que foi exonerado do ministério após ser denunciado pela PGR

### Interlocutor

Alcolumbre foi escalado para ser o principal interlocutor em torno da indicação do ministro das Comunicações. Ele já tem como ministro de sua cota o chefe da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Góes. A escolha de Siqueira Filho foi endossada pelo presidente do União Brasil, Antonio Rueda.

tem muita responsabilidade nessas conversas. Somos um partido que dá governabilidade ao governo, com independência para que os parlamentares estejam mais próximos ou mais distantes, conforme as circunstâncias

### Saiba mais

#### Partido rachado

Desde o início do governo, o União Brasil vive uma constante contradição entre se considerar uma sigla governista ou independente. Criada a partir de duas legendas de direita — o DEM, que já foi PFL e nasceu de um braço da Arena, partido de sustentação da ditadura militar, e o PSL, partido que abrigou Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 —, a legenda

conta com ministros na Esplanada, mas uma bancada com parlamentares historicamente antipetistas. A indicação do atual presidente da Telebras para o Ministério das Comunicações não deve mudar a correlação de forças na bancada em favor do governo. Parlamentares argumentam que o formato de articulação política está esgotado e que a bancada vai continuar votando em favor apenas daquilo que considerar “o melhor para o país”.

de seus estados”, disse.

O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), reforçou que o partido está satisfeito com os ministérios que ocupa, mas lembrou de um pleito antigo, por uma pasta mais alinhada à

atuação da bancada.

“O que colocamos de forma clara ao governo é que, para contribuir mais, gostaríamos de trocar a pasta da Pesca por uma que tenha mais afinidade com a bancada”, frisou.

## Proposta da Segurança

O presidente Lula entregou ontem, ao Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. O texto aumenta a participação do governo na área, comandada principalmente pelos estados e municípios. Segundo o chefe do Planalto, o texto coloca o Executivo “à disposição” para ajudar os entes federativos no combate à criminalidade, sem interferir em sua autonomia.

Lula disse ter pressa na tramitação. “Não sei quantas vezes na história o Congresso Nacional já votou uma PEC que trata a questão da segurança pública com a decisão e uma posição do governo federal, uma posição muito sábia, que não quer interferir na responsabilidade e na autonomia de cada estado”, declarou, durante a entrega, que ocorreu no Palácio do Planalto. “O que nós queremos dizer para o povo brasileiro é que o governo federal assumiu definitivamente a responsabilidade de se colocar à disposição dos estados para que a gente possa cuidar da segurança do povo brasileiro, e não permitir que o povo continue andando assustado”, acrescentou.

A PEC foi entregue por Lula, pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Gleisi Hoffmann. Também esteve presente o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

Pelo Legislativo, participaram os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e os líderes governistas, os senadores Randolfe Rodrigues (PT-AP) e Jaques Wagner (PT-BA) e o deputado José Guimarães (PT-CE). (VC)

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# Tudo o que Lula não precisa é de um escândalo com aposentados

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) realizaram uma operação, ontem, contra um esquema de fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo diversas associações de aposentados, que podem chegar a R\$ 6,3 bilhões, em 12 estados e no Distrito Federal, segundo as estimativas. Os desvios começaram no governo Bolsonaro e ocorreram até o ano passado.

Tudo o que Lula não precisa é um escândalo no seu governo envolvendo fraudes contra aposentados. Irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o sindicalista Francisco Ferreira da Silva, o Frei Chico, recém-eleito vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, entretanto, virou alvo da oposição sem ter nada a ver com o escândalo. Pelo contrário, sequer tomou posse.

A entidade apoia as investigações. Milton Cavallo, presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindnapi), distribuiu nota na qual nega qualquer envolvimento da entidade: “Quando surgem denúncias de descontos irregulares nos benefícios,

é essencial que essas alegações sejam levadas a sério e investigadas de forma rigorosa. Essas denúncias podem afetar diretamente a vida de muitas pessoas que dependem desses recursos para garantir seu sustento e bem-estar”.

A entidade foi fundada há 25 anos como um braço da Força Sindical, por um grupo de sindicalistas liderado pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos Arnaldo Gonçalves, amigo de Frei Chico e, como ele, ex-integrante do Comitê Central do antigo PCB. Com o tempo, foram surgindo outras entidades, cada qual ligada a uma central sindical, como as que estão sendo investigadas.

A operação deixou o ministro da Previdência, Carlos Lupi, numa situação política muito delicada. É sua obrigação combater as fraudes no INSS, mas as fraudes continuaram sob sua gestão. O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Carvalho, em coletiva, explicou que as associações envolvidas no esquema diziam prestar serviços como assistência jurídica para aposentados e ofereciam descontos em mensalidades de academias e planos de

saúde, por exemplo.

Ao todo, 11 entidades foram alvo de medidas judiciais. Os contratos de aposentados e pensionistas com essas entidades foram suspensos, segundo o ministro da CGU. A investigação começou em 2023 na CGU, no âmbito administrativo. Em 2024, após a CGU encontrar indícios de crimes, a Polícia Federal foi acionada. Segundo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, a PF abriu 12 inquéritos para apurar as fraudes.

De uma amostra de 1.273 aposentados e pensionistas entrevistados pelos auditores da CGU, 97% afirmaram nunca ter autorizado descontos em seus benefícios. Segundo Lewandowski, além de ter havido falsificações de assinaturas, em 72% dos casos as entidades não tinham entregado ao INSS a documentação necessária para fazer os descontos diretamente nos benefícios. A Diretoria de Benefícios foi apontada como o núcleo do esquema fraudulento.

### Descontos indevidos

A primeira cabeça a rolar no governo foi a do presidente do INSS,

Alessandro Stefanutto, homem de confiança de Lupi, que assumiu toda a responsabilidade por sua contratação. Também foram afastados do órgão o procurador-geral do INSS, Virgílio Antônio Ribeiro de Oliveira Filho; o coordenador-geral de Suporte ao Atendimento ao Cliente do INSS, Giovanni Batista Fassarella Spiecker; o diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão, Vanderlei Barbosa dos Santos; e o coordenador-geral de Pagamentos e Benefícios do INSS, Jacimar Fonseca da Silva; além de um policial federal, suspeito de dar suporte ao grupo criminoso, cujo nome não foi divulgado.

Stefanutto é filiado ao PDT e foi indicado, em julho de 2023, para a chefia da autarquia previdenciária por Lupi. Antes de ser nomeado presidente do INSS, foi diretor de Orçamento, Finanças e Logística da autarquia. Também foi procurador-federal especializado junto ao INSS, de 2011 a 2017. Stefanutto participou do gabinete de transição do governo Lula como consultor para assuntos de Previdência Social.

O INSS está no centro de uma série

de escândalos que afetaram milhões de aposentados e pensionistas em todo o país. Em setembro de 2024, a Polícia Federal desarticulou uma organização criminosa que obtinha ilegalmente dados de beneficiários para comercialização. O grupo era composto por hackers que invadiam os sistemas do INSS, servidores que vendiam suas credenciais de acesso e intermediários que comercializavam as informações obtidas. Esses dados eram utilizados para fraudes, como contratação indevida de empréstimos consignados e saques irregulares de benefícios.

A CGU também identificou um aumento significativo nos valores descontados dos benefícios por entidades associativas, passando de R\$ 413 milhões em 2016 para R\$ 2,8 bilhões em 2024. Para verificar se foi vítima de descontos indevidos, o beneficiário deve acessar o aplicativo Meu INSS e consultar o extrato de pagamento do benefício. Caso identifique descontos não autorizados, é possível solicitar a exclusão diretamente pelo aplicativo ou pela Central 135.